

Partido questiona Programa Escola Cívico-Militar na rede pública de SP

07/06/2024

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) questionou no Supremo Tribunal Federal a validade da norma que instituiu o Programa Escola Cívico-Militar nas escolas públicas estaduais e municipais do estado de São Paulo.

Um dos argumentos da legenda é que o programa, previsto na Lei Complementar estadual 1.398/2024, estabelece um “verdadeiro projeto de militarização da escola civil”.

Segundo o PSOL, a norma visa a substituir gradualmente os profissionais de educação que prestam concurso público por militares a serem escolhidos de forma discricionária, em última instância, pela Secretaria da Segurança Pública.

Essa situação, a seu ver, desvaloriza a categoria de educadores e afronta o princípio da gestão democrática e o planejamento escolar, além de violar as funções constitucionais da Polícia Militar. O partido contesta ainda o custeio de integrantes da PM por meio do orçamento da educação.

Para o PSOL, a lei estadual também invade a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação e desrespeita as normas constitucionais que dispõem sobre as funções das forças de segurança pública. *Com informações da assessoria de imprensa do STF.*

ADI 7.662

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2024-jun-07/psol-questiona-programa-escola-civico-militar-na-rede-publica-de-sp/>

Du Amorim / Portal do Governo



PSOL aponta risco de militarização das escolas de São Paulo